



Destaque Rural nº 109

25 de Novembro de 2020

Cobertura Florestal na Província de Nampula

Mélica Chandamela

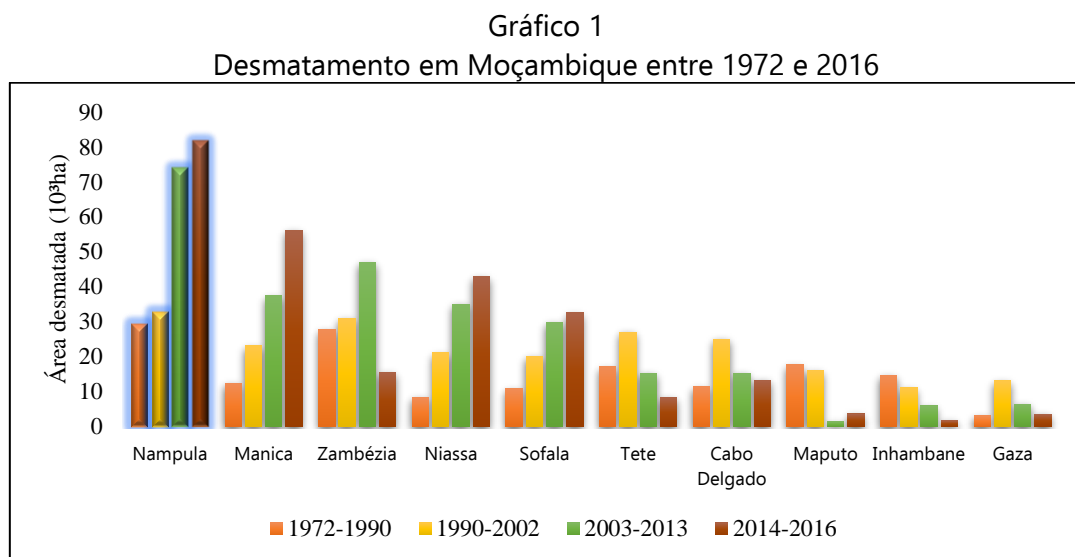
1. INTRODUÇÃO

A província de Nampula, nos últimos 15 anos, perdeu mais de metade da sua área florestal, e se o ritmo continuar, nos próximos 10 anos, podemos não ter florestas nos próximos dez anos, de acordo com o especialista Credêncio Mahunze, do FNDS.¹

Este Destaque Rural aborda o desflorestamento observado na província de Nampula e as suas relações com a população, área cultivada e o clima, o reflorestamento realizado e as possíveis soluções a fim de se observarem melhorias no sector.

2. CONTEXTO

O Gráfico 1 mostra a área florestal perdida no país por província, entre os anos 1972 e 2016. A província de Nampula aparece em destaque no gráfico.

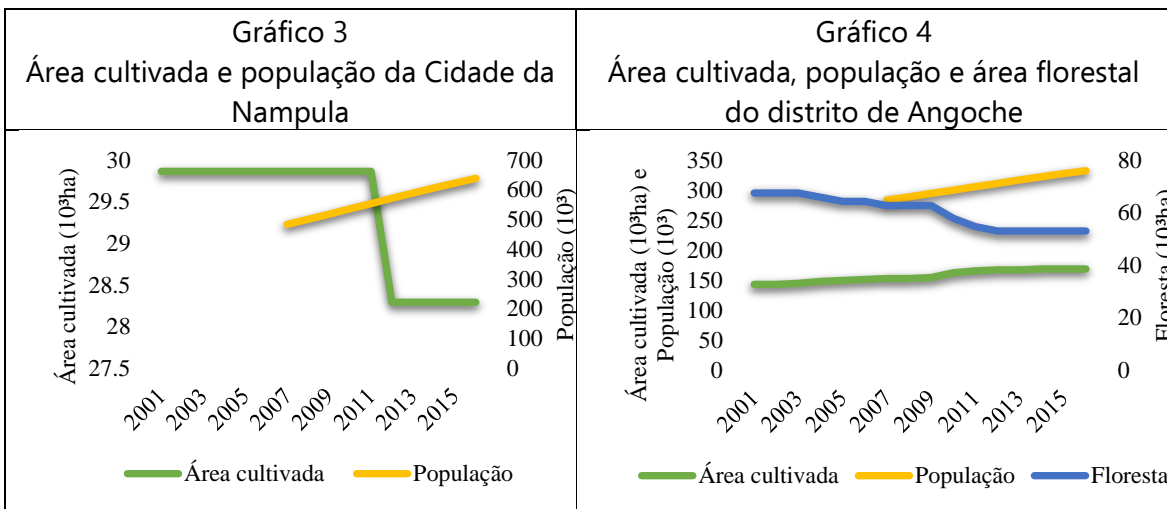
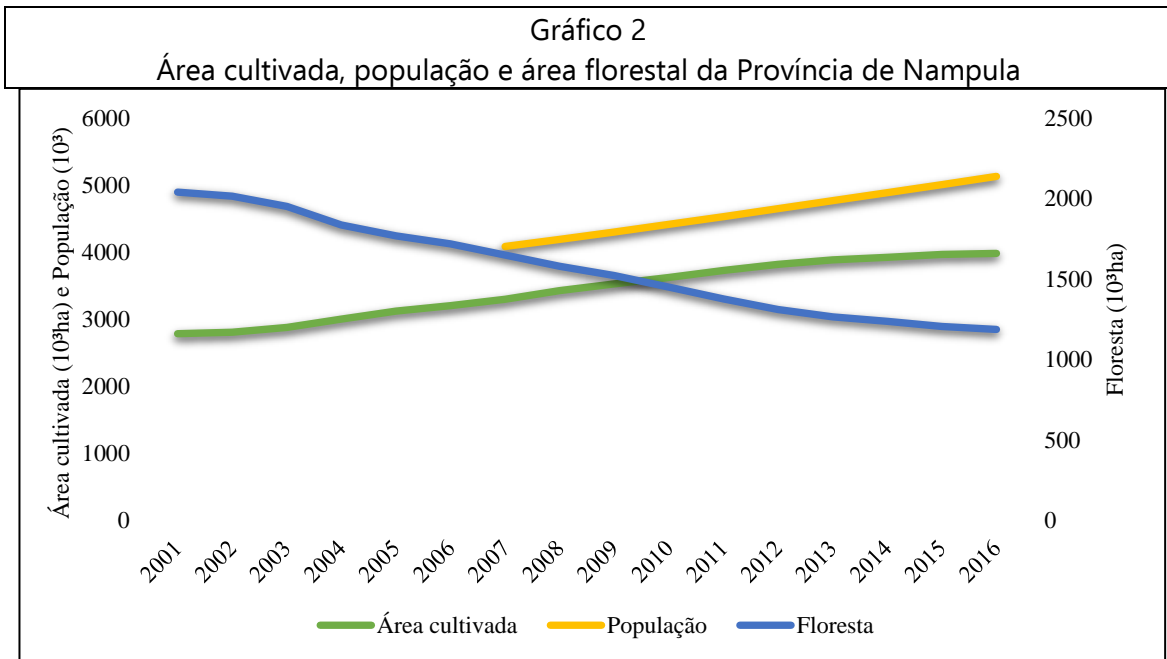


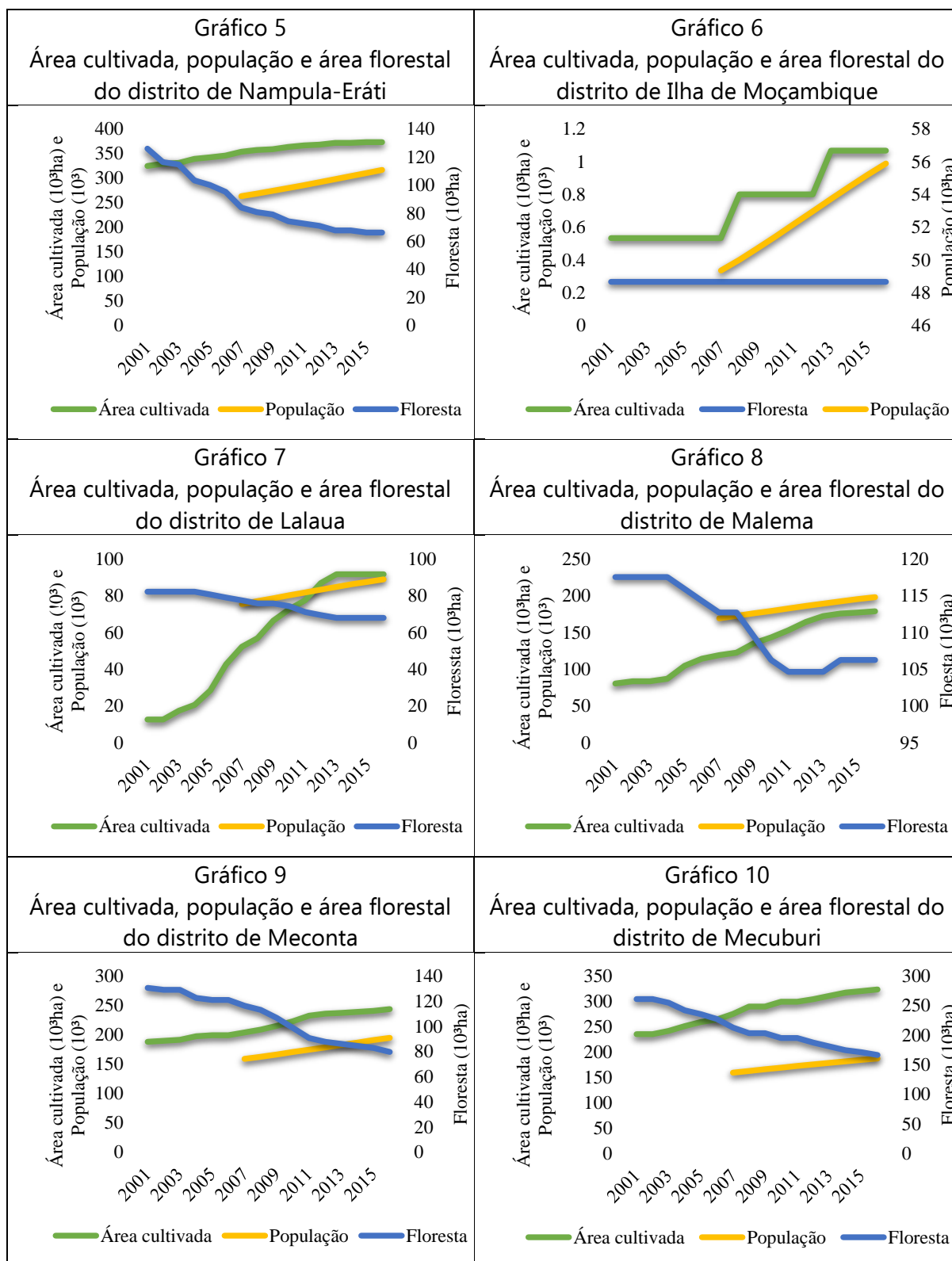
Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), 2020.

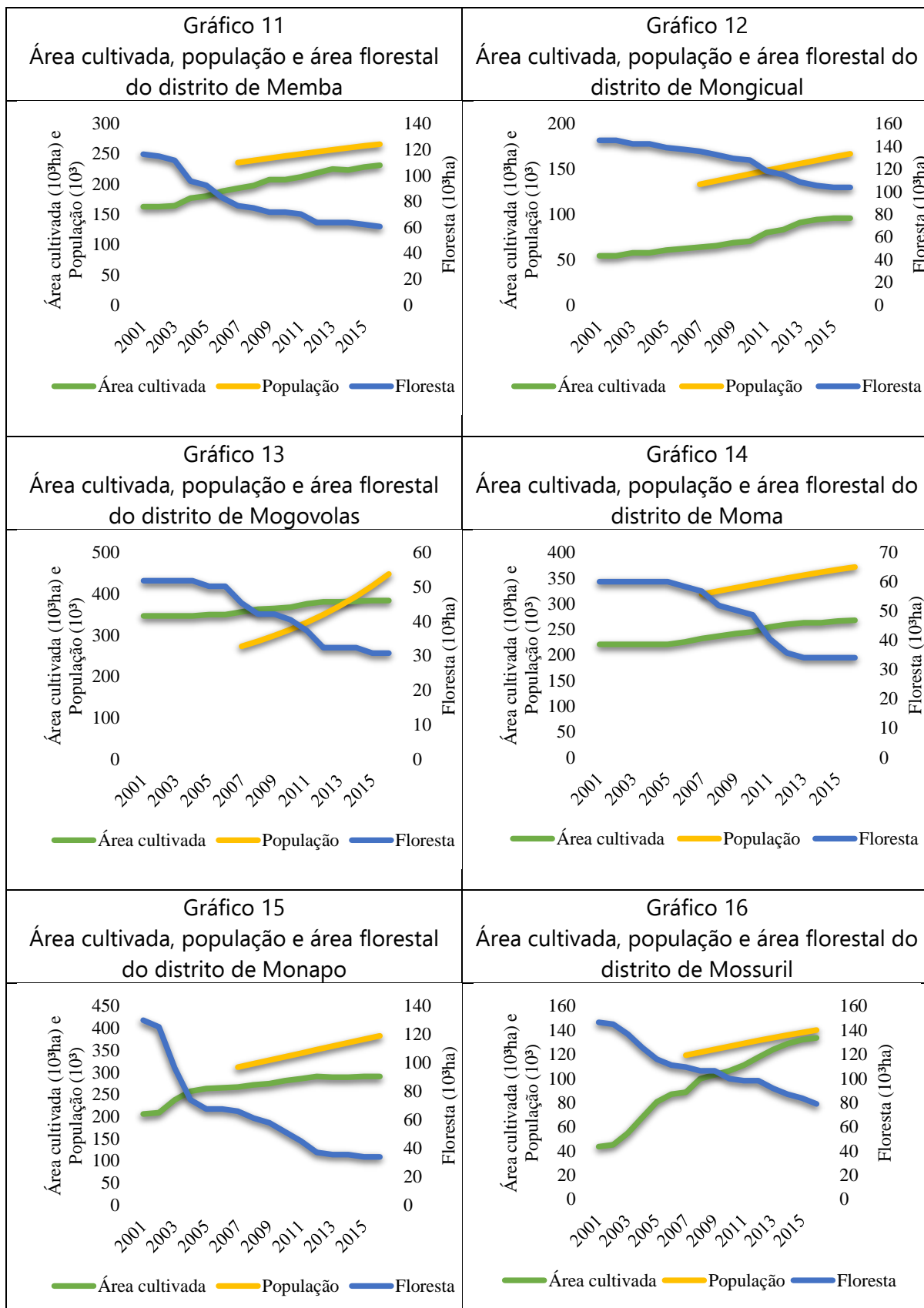
Observa-se no Gráfico 1 que Nampula teve uma perda de cerca de 10,5% da cobertura florestal, sendo a província com maior desmatamento a nível nacional entre os anos 1972 e 2016. É possível ver que nesta província houve um aumento do desmatamento ao longo do

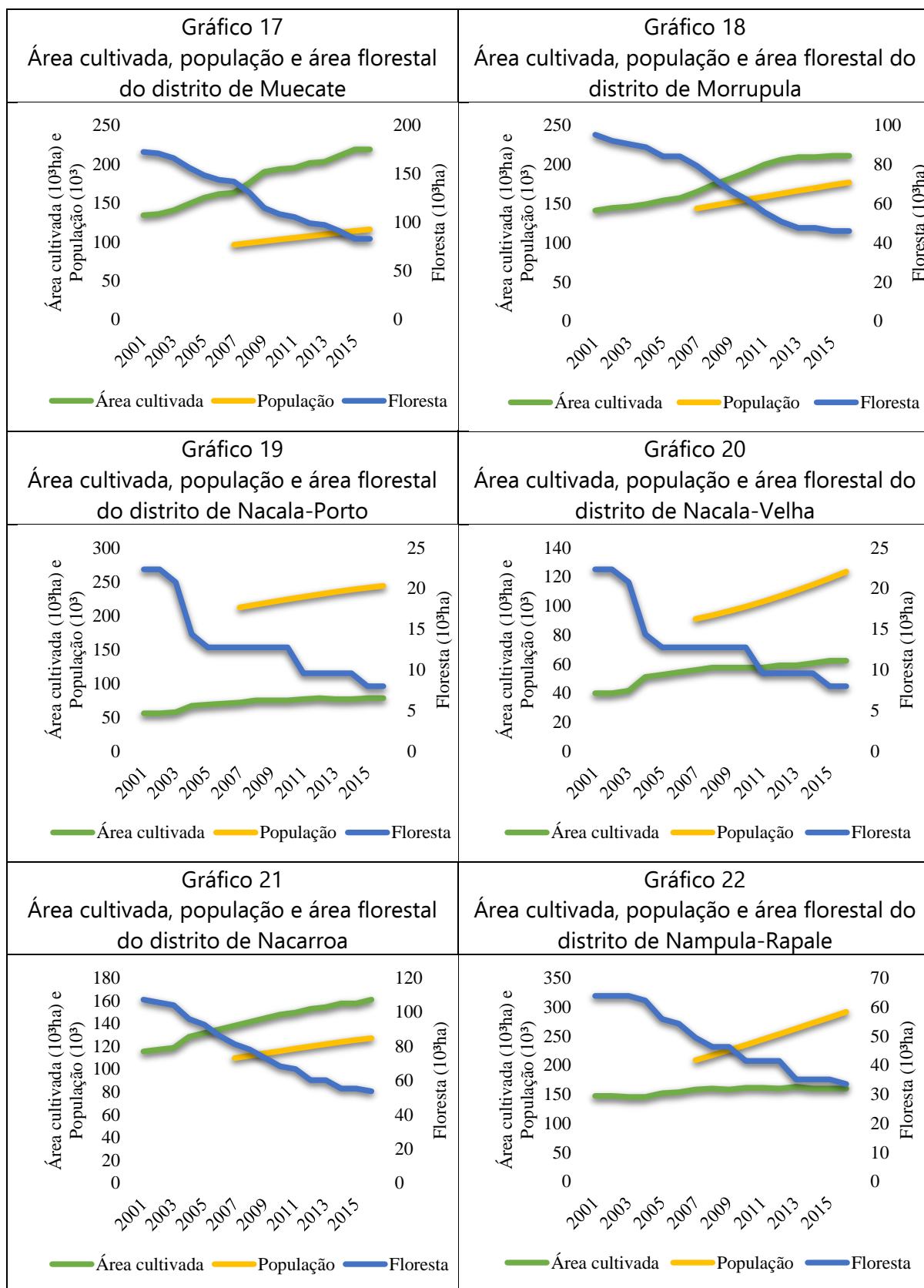
¹ Júnior, A. (2017, Agosto 24). Retrieved from VoaPortuguês: <https://www.voaportugues.com/a/mocambique-perdeu-15-milhoes-hectares-florestas/3999333.html>

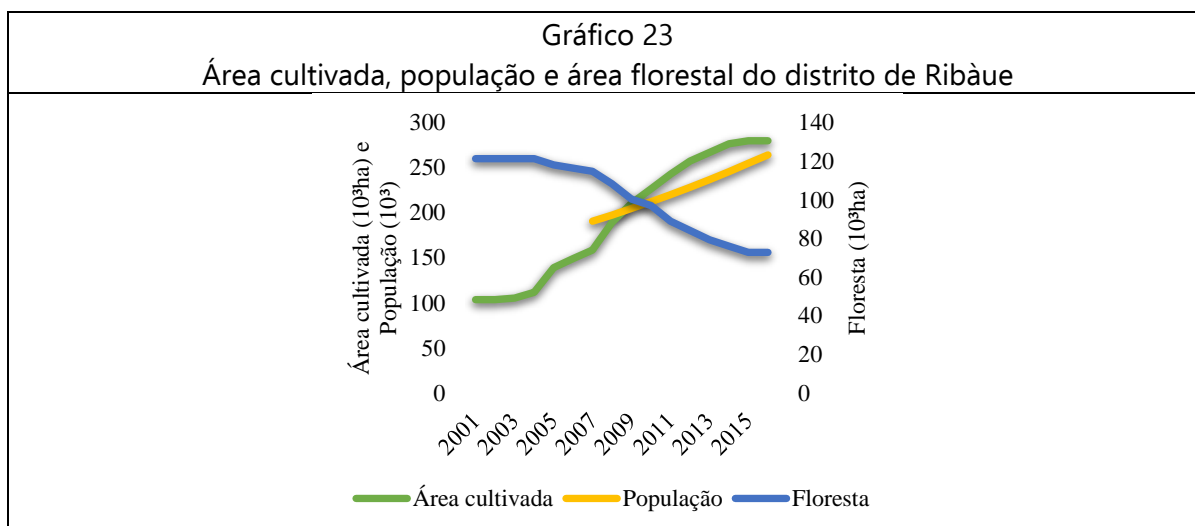
tempo. Os gráficos a seguir (gráficos 2 a 23) mostram a tendência da cobertura florestal em Nampula em comparação com a área cultivada (uma vez que a agricultura itinerante é tida como o principal factor do desflorestamento nacional) e o crescimento demográfico.











Como é observado em outras zonas do país², em Nampula a cobertura florestal reduz-se continuamente ao longo do tempo. Durante o período em estudo, observa-se uma perda de cerca de 853.208 hectares. Observam-se reduções acentuadas na maior parte dos distritos, nomeadamente: Monapo (96.000 hectares), Mecuburi (94.000 hectares), Muecate (90.000 hectares), Mossuril (67.000 hectares), Nampula-Eráti (60.000 hectares), Memba (55.000 hectares), Nacarôa (54.000 hectares), Meconta (51.000 hectares), Ribaué (49.000 hectares), Morrupula (49.000 hectares) e Mongicual (41.000 hectares) no período entre 2001 e 2016.

Na Reserva Florestal de Mecubúri (que abrange os distritos de Mecubúri, Murrupula, Ribaué e Muecate), a maior de Moçambique e a segunda maior de África, tem sido extraída madeira de forma ilegal.³ “Vêm de noite, de forma sorrateira, cortam a madeira e vão-se embora... Dizem que há organizações que ajudam para a conservação da reserva, mas nesta zona, Rotunda, posto administrativo de Muite, não estamos a ver nada”, palavras de Falice Ali, líder religioso local.⁴ Os fiscais na região são facilmente corrompidos pelos exploradores ilegais dos recursos da reserva pois, de acordo com Ali, “...a sobrevivência é difícil, porque o que produzimos, nas nossas machambas, somos obrigados a vender a preços baixos... Para os nativos, viver aqui é muito difícil”.⁵

Além disso, as comunidades abrangidas pela reserva reclamam não receber o valor referente a 20% do valor da exploração florestal anual naquela zona desde 2017.⁶ Os Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia reconheceram o problema e apontaram, como razão principal, questões burocráticas.⁷ A falta de obtenção de benefícios por parte da comunidade pela exploração local leva-a a ser menos activa na preservação dos recursos.

² Estudos anteriores: Cobertura florestal do Corredor da Beira (<https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-60/>); Cobertura florestal na Província da Zambézia (<https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-68/>)

³ RM. (2018, Abril 7). Retrieved from RM: <https://www.rm.co.mz/rm.co.mz/index.php/component/k2/item/615-nampula-reserva-de-mecuburi-precisa-de-defesa.html>

⁴ Idem

⁵ Idem

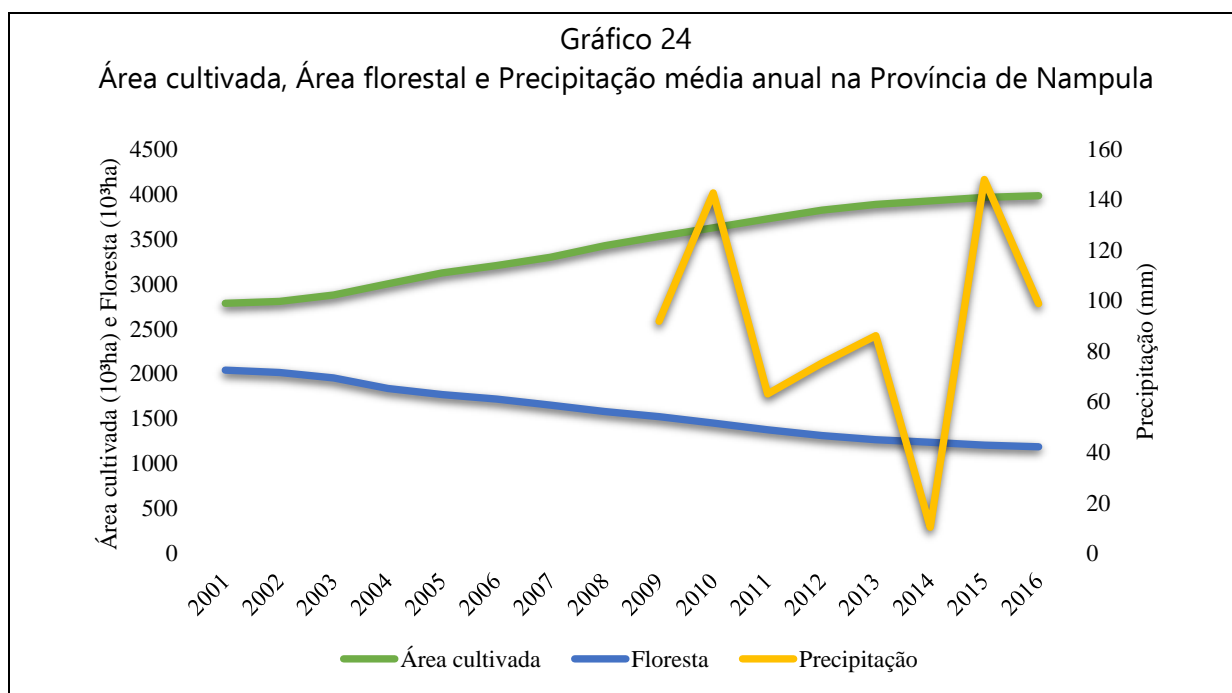
⁶ Omar, O. (2019, Setembro 10). Retrieved from CartaMZ: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/3013-comunidades-dos-distritos-de-nampula-nao-recebem-20-por-cento-de-exploracao-da-madeira-ha-mais-de-dois-anos>

⁷ Idem

A procura de produtos florestais tende a aumentar com o crescimento demográfico, uma vez que aumenta também a procura dos mesmos. Os gráficos mostram que, na Província de Nampula, a evolução da cobertura florestal e da população são inversas, sendo que a população cresce continuamente enquanto a área florestal declina. Todavia, a nível distrital, existem casos em que o decréscimo da área florestal não acompanha o crescimento populacional (Ilha de Moçambique, Angoche e Lalaua). A razão por detrás deste fenómeno pode ser o surgimento de outras fontes de rendimento, que resulta numa menor pressão nas florestas. Por outro lado, observa-se um certo aumento na área florestal do distrito de Malema, podendo-se dever a esforços de reflorestamento que se têm observado ao longo dos anos em todo o país (ver secção 3 a seguir).

A área cultivada ganhou cerca de 1.197.483 hectares entre 2001 e 2016, evoluindo de forma inversa à cobertura florestal. Os distritos com aumento mais acentuado nas áreas agricultadas foram: Ribaué (176.000 hectares), Malema (99.000 hectares), Mossuril (91.000 hectares), Mecuburi (88.000 hectares), Monapo (86.000), Mucate (85.000), Lalaua (79.000), Morrupula (70.000 hectares), Memba (68.000) e Meconta (56.000). No caso dos distritos de Angoche e Ilha de Moçambique, observou-se um crescimento menos acelerado da área agricultada (comparado ao dos distritos anteriormente mencionados). Na cidade de Nampula, houve redução da área agricultada, apesar do aumento demográfico. Este pode ser resultado da variação de fontes de rendimento (conforme explicado anteriormente).

O gráfico 13 mostra as tendências climáticas da província de Nampula (dados obtidos no INE).



Ao longo dos anos, a precipitação total oscila muito, havendo anos de chuva moderada (média 10,3 mm) e outros de muita chuva (148 mm).⁸ Sendo a agricultura a principal fonte de renda da maioria da população e porque a produtividade e produção dependem muito do clima (em particular da pluviometria), uma grande variação nas chuvas (estiagem ou excesso) pode levar a maior desmatamento (as florestas tornam-se uma fonte alternativa de rendimento). Porém, no caso específico de Nampula, não se observa esta relação entre a precipitação média, a cobertura florestal e área cultivada.

3. REFLORESTAMENTO

O Quadro 1 apresenta a área reflorestada na província de Nampula entre os anos 2010 e 2018.

Quadro 1
Hectares reflorestados na Província de Nampula

Ano	Área reflorestada em Nampula (ha)	Área reflorestada no país (ha)	Percentagem do reflorestamento em Nampula no reflorestamento nacional (%)	Área desmatada em Nampula (ha)	Percentagem do reflorestamento em Nampula na área desmatada na província (%)
2009	86	14.067	0,6	72.000	0,1
2010	233	15.786	1,5	74.000	0,3
2011	92	14.846	0,6	66.000	0,1
2012	316	9.060	3,5	45.000	0,7
2013	2.213	11.552	19,2	29.000	7,6
2014	3.209	20.738	15,5	32.000	10,0
2015	1.698	9.104	18,7	17.000	10,0
2016	321	4.943	6,5	17.000 ⁹	18,9
2017	181	3.037	6,0	17.000*	10,6
2018	97	1.186	8,2	17.000*	5,7

Fonte: Relatórios de Balanço Anual de Terras, Florestas e Fauna Bravia, 2011-2019

Nota-se que as acções de reflorestamento realizadas no país têm sido limitadas na província de Nampula. As áreas reflorestadas são muito inferiores às áreas desmatadas.

⁸ "Os parâmetros de intensidade são os seguintes: até 5 mm, a chuva é considerada fraca; de 5,1 a 25 mm é considerada moderada; de 25,1 a 50 mm é forte; e a partir de 50 mm é muito forte." (<http://uenfciencia.blogspot.com/2012/01/entenda-as-unidades-de-medida-de-chuvas.html>). Acedido a 20/04/20)

⁹ *: Por ausência de dados, foi usada a informação do ano anterior (apenas para questões de comparação).

4. RESUMO

Assim como no resto do país, verifica-se na Província de Nampula uma relação inversa entre crescimento da população e das áreas cultivadas com as áreas desflorestadas (com excepção dos distritos Ilha de Moçambique, Angoche e Lalaua, em que o decréscimo da área florestal não acompanha o crescimento populacional; distritos de Angoche e Ilha de Moçambique, em observou-se um crescimento menos acelerado da área agricultada em comparação a dos outros distritos; e a cidade de Nampula, em que houve redução da área agricultada.

Não há relação directa entre a pluviometria, a área agricultada (principal fonte de rendimento das famílias no meio rural) e o desflorestamento.

Entre 2009 e 2018, a maior percentagem de reflorestamento em Nampula (relativamente a área reflorestada em todo o país) foi de 19,2%.

5. RECOMENDAÇÕES

É necessário que se tomem medidas a nível da província de Nampula para que se verifiquem melhorias no sector local de florestas. O aumento da produtividade agrícola, o investimento na transformação primária e secundária da madeira e a adopção de fontes de energia alternativas às florestas, como o gás, electricidade e energia solar, são algumas das medidas que poderão travar as actuais tendências de desmatamento. Acções de reflorestamento devem ser intensificadas em todas as províncias. As reformas políticas no sector de florestas que o governo tomou nos últimos anos, nomeadamente a nova política de florestas, o banimento da exportação de madeira em toros e acções de prevenção, reforço da fiscalização e combate à actividade ilegal no sector, devem ser reforçadas e implementadas de forma integrada com envolvimento de todos os intervenientes para que os resultados sejam mais notáveis.¹⁰

Observações feitas em vários países nos últimos anos indicam que o manejo florestal com base na comunidade funciona e pode contribuir para o controlo do uso ilegal e insustentável das florestas. Os princípios fundamentais do Maneio Comunitário de Florestas (MCF) são¹¹:

- Posse segura das florestas a longo prazo, com limites claros entre as comunidades;
- Direitos de uso bem assentes;
- Criminalização de todo o uso ilegítimo de madeira comercial nas florestas comunitárias.

Para a eficiente implementação destas medidas, é necessário, em primeiro lugar, criar incentivos financeiros para as comunidades (para além dos momentos de capacitação e participação na gestão), de forma que a renda proveniente da protecção e gestão com base na comunidade exceda o custo de protecção e gestão. Em segundo lugar, é necessário facilitar o uso legal da floresta pelas comunidades, de forma a reduzir a utilização de produtos

¹⁰ Alismo Nhanengue, A. M. (2016). *Desmatamento em Moçambique (2003-2016)*. Maputo: FNDS.

¹¹ IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.

florestais como fonte fundamental de rendimento das famílias, sobretudo em situação de crise. Este patamar pode ser atingido ao reduzir-se a burocracia desnecessária para exploração legal. "Geralmente, a comunidade sabe muito bem como afastar exploradores ilegais, chegando mesmo a arriscar as suas vidas. Regras simples na comunidade são muito mais eficazes do que complicados planos de gestão"¹².

Poderiam ser fornecidos direitos às comunidades para detenção e confiscação de produtos ilegais, para além de compensações pelos bens confiscados. "As comunidades da Gâmbia ficam com 100% da receita da venda de produtos confiscados e, na Zâmbia, há a proposta de que fiquem com 50%."¹³ Por fim, a introdução de um prazo de 30 dias para aprovação pelo gabinete distrital de florestas aquando da emissão de licenças pode também ser aplicado, sendo que, passado este período sem resposta, as comunidades podem transportar, sem licença, a madeira para o mercado. "Isso reduz a possibilidade de corrupção, torna o uso legal mais atractivo e motiva as comunidades a ajudarem a impedir a ilegalidade".¹⁴

¹² Idem

¹³ IUCN, WWF. (n.d.). *Aperfeiçoando a Governação Florestal em Moçambique*. Maputo: IUCN.

¹⁴ Idem